

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sábado, 12, e segunda-feira, 14 de dezembro de 1992

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Ricardo C. Saur
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

A falta de articulação que tem predominado no início do atual governo parece que, pouco a pouco, vai cedendo lugar à formulação de propostas efetivas para um crescimento moderado da economia a partir de 1993. O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, acredita na possibilidade de uma expansão de 4% do produto real no ano que vem e, em nossa opinião, este não é, de modo algum, um objetivo inexequível.

Primeiro, não existe constrangimento externo, como se convencionou chamar as aguras cambiais por que passou o País por mais de uma década e que precipitaram uma recessão sem precedentes, sensivelmente agravada nos últimos anos. Embora o acordo que o governo firmou com o FMI em janeiro deste ano esteja suspenso, por motivos sobejamente conhecidos, o País vai completando o ciclo das negociações da dívida externa. Um importante passo nesse sentido foi dado na semana passada com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do acordo da dívida para com os bancos credores privados.

No plano interno, se ainda perduram in-

Com - Brasil Intenção de crescimento

certezas quanto à aprovação de uma reforma fiscal — ou, pelo menos, de uma reforma nos moldes desejados pelo governo —, há razões para crer em um melhor ordenamento das contas do governo, seja por medidas disciplinadoras introduzidas, seja por uma melhoria da arrecadação em função da resolução de pendências jurídicas e do próprio crescimento econômico mais acelerado.

Se bem que persistam incertezas, o ambiente é psicologicamente favorável ao relançamento da economia. Os prejuízos suportados pelas empresas em quatro anos consecutivos de funda recessão já passaram dos limites do suportável e os empresários têm perfeita consciência das consequências dos elevadíssimos índices de desemprego. É sempre difícil combinar estabilização com crescimento econômico, ainda que moderado, como é intenção do governo. Mas se há um momento propício para que isso ocorra é justamente agora, depois do enorme preço pago pela so-

riedade, com pouquíssimos resultados concretos, a não ser na área externa.

Se a política de estabilização deverá seguir em uma linha ortodoxa, pouquíssimos discordariam de que ela está a exigir “temperos de negociação”, no dizer do ministro do Planejamento. O problema está na dosagem dos condimentos, que deve ser muito cuidadosa para evitar que a receita desande.

Quanto à tão controvertida questão dos juros, a proposta que a equipe econômica vai levar ao presidente é a de que, em vez de se buscar uma redução generalizada das taxas, o governo aja nessa área seletivamente através dos bancos federais. Isso presume uma política de impulso também seletivo a setores industriais, que seriam os puxadores do crescimento numa primeira fase.

Dentro da mesma lógica de crescimento moderado, o governo vai investir mais pesado na recuperação da malha rodoviária, reservando para esse fim verbas no total de US\$ 2

bilhões no próximo exercício. Isso se amarra com os estímulos à produção industrial e à construção civil.

Os efeitos sociais serão visíveis não só por esse ângulo. Ao começar a operar em janeiro um programa de vendas de alimentos mais baratos às faixas de menor renda, também a agricultura deverá ser estimulada. Apesar de contrários, em princípio, a subsídios, achamos que eles, neste caso, se justificam, durante um período de emergência, dada a deterioração das condições sociais no País.

Toda essa política ainda está por se definir em entendimentos da área econômica com o presidente em exercício, assim como outras questões ultimamente surgidas, entre as quais as mudanças no Programa Nacional de Desestatização (PND), a fixação de tarifas públicas e a política de preços em geral. Com franqueza, o ministro do Planejamento admite que não sabe qual a posição que prevalecerá a respeito das questões mais controversas. Nem por isso deixa de ser alentador, neste final de ano, constatar que o governo tem planos para avançar em direção ao crescimento.